

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE MANANCIAIS - CTMA - CONJUNTA COM A CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CTEA - GESTÃO 2025-2027		
DATA: 17/07/2025	HORÁRIO: 9H00	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA – CTMA		
Entidade	Nome	
ABCON	Aurildo Xavier dos Santos	
Mogi das Cruzes	Emerson Teruaki Mochizuki	
CETESB	Gilson Gonçalves Guimarães	
UNIFESP	Letícia Roberta Amaro Trombeta	
ANGUA	Mario de Carvalho Fontes	
UFABC	Paula Ciminelli Ramalho	
Suzano	Solange Wuo	
LISTA DE PRESENÇA – CTEA		
Entidade	Nome	
SEMIL	Aline Queiroz de Souza	
Suzano	Allan Santos de Oliveira	
APGAM	Rubens Haddad Paes	
SEMIL	Tiago Petri	
CONVIDADOS		
Entidade	Nome	
SEMIL/DPFA/DPF	Ayrton Cezar	
FABHAT	Beatriz Vilera	
Coca Cola FEMSA	Carina Valverde Cortez	
APGAM	Carla Geanfrancisco Falasca	
SEMIL/DPFA	Carolina Lima	
SEMIL	Christiane Aparecida Hatsumi Tajiri	
Envex	Dóris Falcade	
Aluno UFABC	Eduarda Almeida Copati	
Arujá	Iris Rana	
FABHAT	Larissa Silva	
ECOLAB	Luana Molina Franco	
Arcelor Mittal	Paula Carla Alves Pereira	
Biritiba Mirim	Raquel do Prado	
Envex	Tiago Perez	
FABHAT	Valburg Santos	

1. Contribuições para a elaboração do Programa de Educação Ambiental da bacia hidrográfica do Alto Tietê.

Valburg (FABHAT) iniciou a reunião, apresentou a pauta e passou a palavra para Dóris (Envex), que apresentou a contextualização do Programa de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (PEABHAT), explicando as etapas de elaboração e os objetivos do programa.

Allan destacou a importância do documento de educação ambiental para os projetos da agência e do comitê, mencionando que ele será fundamental não só para a própria agência, mas também para os tomadores de decisão do comitê. Ele ressaltou que o documento ajudará a fechar o diagnóstico de educação ambiental e a identificar lacunas que ainda precisam ser exploradas. Ainda, mencionou que algumas temáticas precisam ser mais exploradas, especialmente aquelas relacionadas a outras câmaras técnicas, como águas subterrâneas. Ele enfatizou a necessidade de identificar ações que possam ser implementadas no âmbito da educação ambiental para contribuir com a bacia.

Solange (Suzano) enfatizou a necessidade de sensibilizar e informar a população sobre a importância das áreas de mananciais, destacando a falta de conhecimento sobre o que é um manancial. Sugeriu utilizar todos os meios possíveis de comunicação para sensibilizar e informar a população sobre a importância das áreas de mananciais. Ela mencionou a necessidade de entender o território e a linguagem da população para criar uma comunicação eficiente. Acrescentou que as áreas de mananciais enfrentam problemas de uso do solo, como loteamentos irregulares e mudanças de uso para lazer, o que dificulta a proteção dessas áreas. Ela destacou a importância de entender o público e adaptar a linguagem da educação ambiental para ser mais eficaz.

Solange e Tiago (Envex) discutiram os desafios na coleta de dados por meio de formulários, destacando a baixa participação e a necessidade de pensar em outras estratégias para fortalecer o diagnóstico. Solange sugeriu a necessidade de pensar em outras estratégias para fortalecer o diagnóstico, como replanejar formas de ouvir a população e engajar mais os atores envolvidos. Tiago mencionou que tentaram diversas formas de contato, incluindo e-mails e ligações, mas ainda assim a participação foi baixa.

Allan expressou preocupação com a falta de representatividade no diagnóstico, mencionando que a mobilização foi insuficiente para representar adequadamente a bacia, mencionando que a baixa participação nos formulários resultou em um diagnóstico que não reflete a realidade das escolas estaduais e municipais.

Mario mencionou que a contaminação dos reservatórios, como Guarapiranga e Billings, é um problema fundamental que afeta a qualidade da água. Ele destacou que a falta de saneamento básico contribui significativamente para essa contaminação. Ele enfatizou a necessidade de focar no saneamento básico para melhorar a qualidade da água e reduzir essa dependência.

Carolina mencionou que a equipe de fiscalização não tem recursos suficientes para realizar ações de educação ambiental durante as atividades de fiscalização. Ela destacou a necessidade de apoio adicional para atender essa demanda.

Solange sugeriu que seria interessante ter um projeto paralelo ao GFI focado em educação ambiental, para conscientizar a população enquanto as ações de fiscalização são realizadas. Ela mencionou que a demolição de construções irregulares pode ter um efeito pedagógico, mas é necessário um esforço maior de educação ambiental.

Beatriz (FABHAT) perguntou sobre a instalação de placas de sinalização nas APRMs. Carolina (SEMIL) mencionou que as placas ainda não foram implantadas, mas o processo está em andamento. Beatriz sugeriu que a implantação das placas deve ser acompanhada de eventos de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância das áreas de mananciais. Carolina concordou e mencionou que essa abordagem pode ser planejada em conjunto.

Allan destacou que a comunicação é uma ferramenta poderosa porque permite que a própria população produza materiais comunicativos. Ele mencionou que esses materiais são mais bem aceitos quando produzidos localmente, como vídeos feitos por alunos sobre a proteção dos mananciais. Ele citou o projeto "Água, Câmera e Ação" do Semasa como um exemplo de sucesso, onde crianças produziram materiais sobre saneamento básico. Ele sugeriu que estratégias similares podem ser utilizadas para a educação ambiental nas áreas de mananciais.

Tiago destacou a importância de aumentar as ações de educação ambiental e apoio, mencionando que o foco do GFI é combater o desmatamento e a construção irregular. Ele também mencionou a dificuldade das pessoas em entender conceitos básicos de áreas de preservação permanente e mananciais.

Larissa mencionou que o plano de ação e programas de investimentos do comitê foi revisado no ano passado, com foco em ações de sensibilização, formação e mobilização da população sobre a importância da proteção e fiscalização ambiental em áreas de mananciais. Explicou que essas ações foram programadas para 2025 e financiadas pelo FEHIDRO, mas até o momento, nenhum projeto foi submetido nessa área, o que pode ser revisto para os próximos anos. Valburg sugeriu que a DPFA poderia aparecer como tomadora no próximo ano, verificando essa possibilidade para não perder o ritmo, já que estão em andamento com outro projeto.

Valburg destacou que o programa abrange toda a bacia e não apenas o comitê, enfatizando a importância de todas as coordenadorias e entidades relacionadas considerarem o documento como uma oportunidade para trabalhar a educação ambiental. Mencionou que o documento deve ser apropriado por todos, com contribuições contínuas para que se transforme em ações práticas e não apenas em um plano teórico.

Tiago ressaltou a necessidade de desenvolver materiais de educação ambiental específicos para cada região, para que as pessoas se identifiquem mais com o espaço e se sintam responsáveis por sua preservação. Ele mencionou que os materiais atuais são muitas vezes genéricos e não abordam as particularidades de cada área de manancial, o que dificulta a conscientização e o engajamento da população local. Tiago explicou que quando as pessoas se sentem pertencentes a um espaço, elas tendem a cuidar melhor dele, destacando a importância de materiais que promovam essa sensação de pertencimento.

2. Evento em comemoração aos 10 anos da Lei 15.913/2015, da APRM-ATC.

Solange sugeriu a organização de um evento para refletir sobre a efetividade da Lei da APRM-ATC na questão de qualidade e quantidade da água, propondo uma data e discutindo a possibilidade de realizar eventos separados. Ela destacou a importância de avaliar o que foi feito nos últimos 10 anos em termos de qualidade e quantidade da água, e o que ainda precisa ser feito, incluindo a compensação financeira para os municípios.

Mario mencionou que a associação Nossa Guarapiranga fez uma proposta de agenda para o comitê, destacando a importância de observar leis e regulamentos que não foram aplicados ao

longo do tempo. Ele sugeriu que o diagnóstico do que foi aplicado ou não ao longo do tempo deve fazer parte do plano de trabalho, para entender a situação atual e planejar ações futuras. Também sugeriu compartilhar o documento da associação Nossa Guarapiranga com o grupo, para que todos possam verificar as leis e regulamentos que não foram observados.

Após discussão, ficou decidido que o evento será realizado no dia 14 de agosto às 10 da manhã.

3. Encaminhamentos

- Próxima reunião da CTMA - 14/08, 9h – para organização do evento em comemoração aos 10 anos da Lei da APRM-ATC.

A reunião terminou às 10:49h.